

Um projeto de Educação sexual para o Brasil: O Circulo Brasileiro de Educação Sexual (1933 -1945)

Leandro Alves Felicio

1 – Introdução:

a) Delimitação do objeto:

O objetivo deste trabalho é discutir o projeto socioprofissional do médico brasileiro José de Oliveira Pereira de Albuquerque de educação sexual materializado no Circulo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) durante a Era Vargas. Esta discussão será ambientada em meio aos debates do cientificismo no Brasil, que se constituiu desde fins do século XVIII (BARROS, 1989, p. 109) e adquiriu novas características durante os séculos XIX e XX.

O personagem central desta análise é José de Albuquerque, que se formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro com a tese “Cirurgia do sympathico periarterial”, no ano de 1924. Atuou durante a primeira metade do século XX, sendo considerado um dos precursores do projeto de educação sexual nacional voltada para a população. Este projeto tinha como objetivo geral prestar um serviço de instrução e esclarecimento no que tange aos assuntos de educação e higiene sexual, abordando questões biológicas, psicológicas e morais.

Um dos aspectos a serem contemplados neste projeto é a ciência andrológica de José de Albuquerque que se caracteriza pelos cuidados com a saúde física e mental masculina e seu debate com a urologia. Sobretudo, o foco desta abordagem se detém na análise do chamado Circulo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) – empreendimento máximo de José de Albuquerque que se definiu como entidade dedicada à educação sexual em território nacional.

Para uma melhor compreensão de nossa temática é mister salientar o que era o Circulo Brasileiro de Educação Sexual e qual foi o papel desempenhado por este. O CBES foi uma entidade de características filantrópicas que possuía como objetivo máximo promover uma reforma sobre a educação/cultura sexual da população brasileira, de forma a instruir cuidados com a higiene dos corpos, da raça e sobretudo da

moral da população brasileira. Com a ação de médicos, advogados, jornalistas, professores, pedagogos, editores, sociólogos, entre outros ramos do conhecimento, o CBES buscou abranger todo o território nacional com seu movimento cuja propaganda esteve exposta em jornais, panfletos e palestra. Entendemos o CBES como um das marcas do cientificismo brasileiro, uma vez que este órgão efetuou um movimento de reforma por meio de uma intervenção médico - científica normatizante, com fortes argumentos da biologia, psicologia e sociologia.

Sobre a autobiografia de José de Albuquerque destacamos que este descreveu sua trajetória como um processo de transferência de suas análises clínicas para a higiene, – das questões orgânicas às questões funcionais e mentais – onde desenvolveu a idéia do estudo da educação sexual. O personagem/autor expõe que seu contato com a educação sexual se deu a partir da publicação de seus três livros: Impotência sexual no homem (1928), Higiene sexual (1929), Moral Sexual (1930) e culmina com o grande movimento de propagandas em vários veículos de imprensa sobre a criação do Circulo Brasileiro de Educação Sexual. (Albuquerque: 1958, 174).

Mediante este destaque gostaríamos de enaltecer a importância das características ilustradas deste movimento, que por meio de “um certo panfletarismo” objetivou alcançar a extensão do espaço nacional, mas que se estendeu para diversas culturas em todo o mundo, aspecto que trataremos a diante.

A campanha, que teve caráter nacional, teve início com uma reunião no consultório de Albuquerque, realizada em 3 de julho de 1933. Para o encontro foram convidados representantes de diversos ramos da cultura que poderiam se relacionar com a temática. Os presentes na reunião foram: O juiz Pontes de Miranda, o editor de livros José de Freitas Bastos, o advogado Olympio Rodriguez Alves, os médicos Levindo Melo e Fernando Vale, os jornalistas Mario Amaral, Mazzine Serôa da Mota, Amadeu de Beaurepaire Rohan e Celso Figueiredo, a professora Ana Benvinda Dias de Toledo, o diretor da União brasileira de Imprensa Armando da Silva Porto, entre outros. O tema deste encontro foi a criação da entidade e a escolha das funções de cada membro assim com seu estatuto. Outro aspecto discutido foi a importância da educação sexual sob a perspectiva da sociologia, psicologia, criminologia e pedagogia.

Enquanto movimento cientificista, o CBES pode contar não somente com a pluralidade de ramos do conhecimento envolvidos, mas com autoridades nacionais tanto

da ciência como da jurisprudência imprimindo ao mesmo uma conotação deveras política, mesmo que em se tratando de um movimento que não contou com os meios públicos para sua formação e manutenção.

O CBES organizava reuniões culturais, conferências, produzia filmes e publicações. Além disso, veiculava através dos meios de comunicação as campanhas e palestras do CBES, com destaque para as emissoras de rádio. Dentre as quais podemos citar as rádios Clube, Cajuti, Ipanema, Transmissora e Nacional.

Com o objetivo de aprofundar os assuntos da educação sexual, que não era possível discutir em rádio e jornais, o CBES criou o *Boletim de educação sexual*, que circulou entre 1933 e 1939, publicando artigos e notas informativas para o público em geral. Circulando em todo o território nacional, tratava-se de “um jornal de formato tablóide com oito páginas e uma tiragem média de cem mil exemplares por edição, impresso em papel linha d’água e submetido a todas as exigências que as leis e regulamentos impunham para a circulação dos grandes órgãos da imprensa, inclusive a famigerada censura do DIP (RIBEIRO apud ALBUQUERQUE, 1958, p. 33)”. Esta publicação teve alcance internacional, estando presente na Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia, Peru, México, Portugal, Espanha e França.

A arte gráfica foi outro recurso utilizado para a divulgação da educação sexual empreendida pelo CBES. Com a criação da Pinacoteca de Educação Sexual os trabalhos do escultor e pintor Calmon Barreto (que mais tarde ocupou a cátedra de anatomia e fisiologia artística da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil) expuseram a apologia da CBES à educação sexual. Aos quadros teriam sido anexados gráficos feitos pelo desenhista austríaco Herr Fred, esquematizando noções de fisiologia e patologia sexuais. O objetivo de tal empreendimento era a produção de cartazes para serem anexados em vários estabelecimentos, promovendo a educação popular. Contudo, os cartazes, por não trazerem explicações completas sobre as ilustrações veiculadas referentes à educação sexual, se estabeleceram como “dúvidas insolúveis” para as localidades distantes da CBES. Para solucionar esta questão foram produzidos folhetos explicativos que possuíam uma variação de dez assuntos e eram distribuídos gratuitamente para todo o território.

Os assuntos eram: Decálogo da educação sexual, educação sexual da criança, o que há de verdadeiro e de falso a respeito da masturbação, como evitar as doenças venéreas,

conselhos a mulher grávida, o que todos devem saber sobre a blenorragia, considerações sobre o controle da natalidade, doenças sexuais da virgem, o problema da ejaculação precoce, da impotência sexual do homem.

Partindo do pressuposto de que a recepção de tais folhetos pudesse gerar uma pesada crítica da sociedade e, sobretudo das oposições ao CBES, Albuquerque traçou uma justificativa a educação sexual. Segundo este:

(...) 1 - Não há educação completa sem educação sexual; 2- A função sexual não é imoral, entretanto, como todas as demais, pode ser imoralizada, quando desviada de suas verdadeiras finalidades; 3 – A educação sexual não atenta contra a moral de religião alguma, porque se funda na verdade dos fatos científicos, que as próprias religiões ensinam cultivar com a sua advertência: “não mentir”; 4 – A educação sexual deve ser iniciada pelos pais, continuada pelos mestres, e terminada pelos médicos; 5 – A educação sexual das crianças deve obedecer exclusivamente ao fator “oportunidade”, quer no lar, quer na escola; 6 – responder veridicamente a altura da mentalidade infantil, as perguntas que os filhos formularem sobre as coisas do sexo, eis em que consiste a educação sexual das crianças pelos pais; 7 – Nas escolas, não há necessidade de uma cadeira de educação sexual, o que cumpre, é que os mestres não criem na mentalidade infantil, o conceito de que a função sexual é imoral, envolvendo-a num halo de mistério, nas disciplinas em que o assunto naturalmente se apresenta; 8 – Encobrir-se as verdades aos filhos e aos discípulos, é dar-se azo a que estas lhe sejam reveladas, deturpada, viciosa ou pervertidamente, pelo primeiro companheiro ou criado que encontrarem; 9 – Revelar-se as verdades sexuais, somente a partir da puberdade, depois de se as haver deturpado na infância, é tão inglória tarefa, quanto o se pretender desentortar o tronco de uma árvore, que propositalmente se entortou; 10 – Depois do indivíduo atingir a puberdade, o que lhe convêm são iniciações claras e completas, ministradas por médicos e médicas, sobretudo que diga respeito a sua sexualidade, para que não se venha a tornar vítima inconsciente das perversões sexuais e doenças venéreas. (ALBUQUERQUE, 1958: 183)

A entidade foi responsável também pela organização da I Semana de Educação Sexual, realizada no Rio de Janeiro, em 1934, e da Semana Paulista de Educação

Sexual, realizada em São Paulo, em 1935. Por doze anos o CBES realizou semanalmente sessões públicas de conferências.

Dentre os muitos focos das discussões promovidas pelo CBES em suas publicações, aquelas que a nosso ver possuíram maior ênfase foram aquelas direcionadas a educação da mulher e da criança. Levantamos esta afirmação por atribuirmos que o movimento de José de Albuquerque, assim como outros que se firmaram no mesmo contexto histórico, esteve estritamente engajado as discussões da importância do feminino e do pueril para a modernização da nação.

Assim os objetivos do CBES estiveram ligados a um projeto nacionalista civilizatório científico orquestrado por médicos, advogados, engenheiros, professores, sociólogos, entre outros intelectuais brasileiros.

b) Estado da questão:

1 – Dá sexologia, higienismo e a educação nacional

No que diz respeito aos estudos sobre educação sexual, ou mesmo sobre andrologia, no Brasil do período entre guerras, pouco se tem discutido na historiografia. Desta forma, os trabalhos dos antropólogos Sérgio Carrara e Jane Araujo Russo e dos historiadores Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Giselle Volpato dos Reis, que abordam a temática, são aqueles que nos servem como relevante referência para compreendermos o estado da questão da educação sexual enquanto objeto de estudo.

No trabalho de Carrara podemos constatar como se estabelece no Brasil as primeiras discussões sobre sexologia e educação sexual em paralelo ao estabelecimento da psiquiatria e da psicanálise. O antropólogo discute como as temáticas da educação sexual se popularizaram no início da década de 1930, por meio de periódicos, transmissões radiofônicas e, sobretudo festas populares, como o carnaval de 1935 que trouxe uma alegoria denominada “A Educação Sexual”.

Segundo o autor, os principais atores desse processo foram médicos preocupados com um conjunto de reformas sociais “que iam desde a derrubada das leis que, na Inglaterra ou na Alemanha, ainda criminalizavam a homossexualidade, até a luta pelo

divórcio no Brasil ou pelo controle da natalidade, nos Estados Unidos” (Carrara, Russo: 2002). Como descrito, as preocupações da medicina com as questões da educação sexual e sexologia se estabeleciam de forma sincrônica no Brasil e no exterior, havendo uma correlação dos problemas a serem discutidos.

A questão sexual era debatida por diversos campos da medicina, porém a psicanálise e a sexologia eram campos privilegiados nestas discussões, e valiam-se de tal para adquirir autoridade científica. Embora munidas de ferramentas teóricas comuns, a psicanálise e a sexologia diferenciavam-se. A sexologia detinha-se ao campo da orientação e estudos das relações sexuais. Um aspecto destacado na escrita dos autores era a respeito do impacto social da psicanálise e da sexologia. Mediante a citação: “Em contraste com a psicanálise, que impôs bem mais facilmente sua face respeitável no campo da medicina e da psiquiatria, a sexologia atraía sobre si suspeitas de imoralidade e seus cultores nem sempre escaparam ao estigma de perversos ou pervertidos”.

Atendo-nos à sexologia e à educação sexual, Carrara e Russo destacam como precursores destes movimentos no Brasil o gaúcho Hernani de Irajá e o carioca José de Albuquerque. O palco de atuação destes personagens foi o Rio de Janeiro, então capital federal do país. Sobre Hernani de Irajá os autores destacam:

Irajá cursou a faculdade de medicina em Porto Alegre, transferindo-se para o Rio de Janeiro, onde ficaria conhecido por extensa produção sexológica e por seu trabalho artístico. Considerado à época um pintor "moderno", Irajá especializou-se em nus femininos, participando de inúmeros salões e exposições. "Talento polimorfo", como diria dele Antônio Austregésilo, mantinha ainda um consultório para consultas sexológicas que era divulgado em suas publicações. (CARRARA, RUSSO: 2002, 276)

Ao destaque dos autores inferimos como a relação cultura e ciência é estabelecida e se relaciona com a mentalidade da época. O país vivia um período de incentivo à produção nacional em todos os campos, como exemplo podemos destacar a Semana de Arte Moderna (1922).

A respeito de José de Albuquerque discutiremos adiante, ao analisarmos a trajetória socioprofissional do médico.

Outro aspecto que nos chama a atenção na fala dos autores são as relações conflituosas entre a sexologia, psicanálise, que se refletiam no mercado editorial. Eles aludem sobre as dificuldades impostas pelo mercado editorial da época de forte resistência às publicações sobre educação sexual e sexologia em contraste com as facilidades oferecidas para a produção de obras que versavam sobre a psicanálise. Albuquerque, como é descrito, sofreu com este problema editorial que só foi resolvido ao conciliar suas intenções de escrita com uma editora que se associou mais tarde ao CBES.

O trabalho de Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Giselle Volpato dos Reis (2003) realiza uma análise biográfica de José de Albuquerque. Os autores traçaram um histórico da obra deste médico, contemplando sua atuação frente às discussões sobre saúde masculina, higiene sexual, reforma educacional e faz algumas referências ao CBES. Distanciamos-nos desta abordagem à medida que realizaremos uma análise da obra do médico nos detendo a sua atuação junto ao Circulo Brasileiro de Educação Sexual, bem como suas publicações.

Outro aspecto que ressaltamos a cerca da escrita dos autores se refere à preocupação com a pedagogia e psicologia inerentes ao trabalho de Albuquerque junto ao CBES. Não nos aprofundamos nestas posições, pois o cerne de nossa discussão se detém aos aspectos sociohistóricos de sua atuação.

Embora saibamos da importância de uma compreensão do trabalho de José de Albuquerque como fundamental para o entendimento do CBES, enquanto entidade da Era Vargas, partiremos para a discussão central de nossa abordagem que busca entender como foi construído o CBES e qual papel foi desempenhado por ele.

Para as três primeiras décadas do século XX a questão sobre a construção de entidades filantrópicas é bastante discutida pela historiografia, porém nos interessa pensar quais foram os fatores que motivaram a formação destas no período e entendermos a função do CBES enquanto uma entidade que buscava uma modernização da cultura nacional.

Durante o período em questão, intelectuais das classes média e alta urbana se agrupavam de acordo com os variados interesses sociais e políticos, havendo estreita relação com o embate ideológico contra a ordem oligárquica.

Como apontam Luiz Otávio Ferreira e Maria e Martha de Luna Freire (2005), entre os anos de 1889 a 1945, ocorreram transformações no pensamento intelectual das classes média e alta urbana. Neste bojo, estes grupos se definiram pela organização de campanhas a favor da higiene e educação, de sociedades e congressos científicos, entre outras instituições voltadas a filantropia, caridade, movimentos de reivindicação dos direitos das mulheres e de publicações especializadas orientadas às mães de família.

Segundo os autores a heterogeneidade de propósitos, ideologias e alcance político foram uma das características do contato entre esses movimentos.

O trabalho de Vanessa Carvalho Nofuentes (2008), ao descrever como as instituições da Primeira República brasileira se empenharam em mobilizar a sociedade de modo a atender para as questões sociais, nos auxilia a pensar como se formaram grupos de intelectuais interessados em discutir e propor soluções para as questões nacionais. No contexto específico dos anos 1910, as noções de intelectuais e de sociabilidades tomaram proporções bastante peculiares, uma vez que observamos uma efetiva proliferação de associações diversificadas que se utilizavam de uma mesma nomenclatura: “LIGA”. Todo grupo de intelectuais organizava-se a partir de afinidades e de uma “sensibilidade ideológica ou cultural” comum – isto forma o que se chama de estrutura organizacional de sociabilidade – esta por sua vez alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e comportamentos intelectuais são desenvolvidas. Rebeca Gontijo, tomando por base as idéias de Sirinelli, traz uma interpretação pertinente acerca dos intelectuais ao pensá-los como “criadores e mediadores culturais e como atores políticos, relativamente engajados na vida da cidade e/ou nos locais de produção e divulgação de conhecimentos e promoção de debates” (GONTIJO, 2003: 263).

A autora ainda destaca que a fundação de associações como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo tinham como objetivo dar um novo rumo ao país, solucionando os grandes problemas da pátria. A análise do contexto de fundação destas associações deixa transparecer o compartilhamento de idéias e ações, formando redes de sociabilidades que têm como foco principal o desafio de construir a Nação brasileira.

Mais tarde, ao longo da década de 1920, outras entidades de caráter semelhante – que não eram regidas pelo poder público, ainda que sem o título de “Ligas”, foram fundadas, como a primeira Sociedade de Psicanálise Brasileira, em 1927. A seção

paulista foi presidida por Franco da Rocha enquanto a carioca, fundada 1928, teve como presidente Juliano Moreira e Júlio Porto-Carrero como secretário-geral.

Outra importante entidade é o Instituto de Puericultura e Assistência à Infância (IPAI), fundado em 1899, pelo médico Arthur Moncorvo Filho, que teve como estratégia de atuação a mobilização de mulheres da classe média e alta. Com a nova mentalidade republicana de valorização da criança, a mulher ganhou destaque ideológico no projeto nacional mediante a reorientação das discussões de gênero no espaço familiar.

Neste sentido entendemos o Circulo Brasileiro de Educação Sexual como outra das importantes entidades que estiveram dispostas a discutir as questões nacionais de modo a instruir e propor soluções aos problemas nacionais.

Uma lacuna a ser preenchida a cerca de tais instituições é aquela que se refere a analisar a relação política e social do período. Como a mentalidade sociopolítica favorecia a efervescência destes movimentos? O trabalho de Cynthia Pereira de Sousa nos fornece alguns subsídios para o preenchimento de tais lacunas.

A autora elucida que a década de 1930 representou um marco na trajetória da política social brasileira, uma vez que a “questão social” passa a receber um tratamento bastante diferenciado em relação ao período da República Velha, delimitando-se assim como área de atenção prioritária do governo Vargas (SOUSA: 2000). A partir da revolução de 1930, a política nacional orienta seu foco em direção ao centralismo em rompimento com a ordem oligárquica.

A modernização da produção e a valorização da cultura e população eram os novos focos da administração, do então presidente Getúlio Vargas. Os novos ministérios, seguindo a orientação autoritária do governo, buscavam cada vez mais concentrar as atividades sob a égide do Estado Federal dando atenção a questão social como bandeira máxima do nacionalismo.

Dentre os destaques que fazemos para enunciar como se institucionalizaram os cuidados para com a sociedade, destacamos os trabalhos de Gilberto Hockman e Cristina Fonseca (2000).

Segundo os autores, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (Mesp), apesar das questões políticas do Governo Provisório (1930 – 1934), a gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934 - 1945) possuiu uma preocupação explícita em reorganizar os serviços de educação e saúde dando início a uma reforma de âmbito

nacional. As bases de tal reforma foram a plataforma política do governo Vargas que propunha a formação de uma nova nação e um novo homem e a necessidade de consolidar a unidade nacional.

De maneira geral, no âmbito da saúde os autores apontam que os objetivos eram dividir o território nacional em oito regiões sob a jurisdição de delegacias federais de saúde incumbidas de fiscalizar as atividades necessárias à colaboração da União com os serviços locais de saúde pública e assistência médico-social, além da inspeção dos serviços federais de saúde. Esta reforma aprovada em 1937 ilustraria bem a intenção do governo em centralizar e nacionalizar a política de saúde, havendo aí três estruturas criadas com tal intuito: Fundo Nacional de Saúde, Instituto Nacional de Saúde e as Conferências Nacionais de Saúde. As principais características desse modelo seriam a centralização político-administrativa e a descentralização na execução.

Sobre o pensamento social do ministro Capanema, encontramos na análise de José Silveira Baia Horta (2000), que a máxima de sua regência sobre a educação era *educar para a pátria*. O autor aponta que para Capanema a educação não poderia ser neutra no mundo moderno. A educação deveria ser colocada a serviço da nação uma vez que o novo regime político instaurado pregava que sua função era “fazer com que a nação viva, progrida, aumente as suas energias e dilate os limites de seu poder e de sua glória”. A educação, como cita Horta, era entendida pelo ministro como mais um instrumento do Estado, devendo ficar a serviço da nação, pois:

“a nação não pode ser compreendida como entidade de substância insegura e imprecisa. A nação tem um conteúdo específico. É uma realidade moral, política e econômica.”

A educação assim ao estar a serviço da nação significaria estabelecer:

“que ela, longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia a seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, políticas e econômicas, que formam a base ideológica da nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.”

Nesse sentido podemos apreender como a política de educação de Capanema possuía um direcionamento que visava à preparação de homens para uma ação necessária na

sociedade, contrário ao discurso dos partidários da Escola Nova que entendiam a educação como uma ferramenta para uma ação qualquer na sociedade que não àquela cívica.

A partir do trabalho de Horta podemos constatar que a educação ganhava sentido prioritário para o projeto nacional. Como campo estratégico na gestão Capanema, a nova ideologia difundida era àquela que entendia ensino como ferramenta de promoção da nação ao status civilizada e moderna. Aos homens, mulheres e crianças de todos os seguimentos sociais da nação deveria ser levada a educação, através da reforma das diretrizes de todos os ciclos de aprendizagem, formais e informais, por parte do governo central. A educação no trabalho, na maternidade, o incentivo à cultura, entre outros, constituía-se como braço de valorização do nacional. A saúde estava atrelada à educação.

Ao analisarmos tais trabalhos, inferimos que as atitudes tanto de uma esfera política oficial quanto aquela regida por cidadãos comuns da pátria se direcionavam a problemática da construção nacional. As dificuldades no campo da saúde e da educação foram comuns aos interesses das muitas instituições do período, assim como ocorre com o projeto social do CBES. Pensar em uma educação sexual para a população, se refletia em pensar o bem estar social, físico e moral do país.

Ao analisarmos o ideário de formação das entidades filantrópicas, não poderíamos deixar de refletir a cerca da constituição de “instituições” que formaram as bases da cultura do período: as famílias. As questões que se referem ao pensamento social e valores morais foram centro das atenções de intelectuais e classes média e alta durante as três primeiras décadas do século XX. As temáticas “amor”, “sexo” e “casamento” estiveram em pauta nos debates, sendo abordados em uma perspectiva científica.

É neste sentido que buscamos na argumentação de Marina Maluf e Maria Lúcia Mott outro olhar sobre as instituições e valores da sociedade do período, tendo como foco a instituição familiar.

Marina Maluf e Maria Lúcia Mott (1998) abordam as dúvidas que se estabeleciam a cerca do papel de homens e mulheres em sociedade e principalmente na família. Segundo descrevem, os intelectuais das mais variadas correntes de pensamento empenharam-se em estabelecer “com precisão” os limites entre os caracteres dos dois sexos. Como elucidam as autoras:

Diferentes biologicamente, diversas psicologicamente, desiguais socialmente, as psiques de homens e mulheres eram vistas como “meros reflexos de suas posições físicas no amor: um procura, domina, penetra, possui; a outra atrai, abre-se, capitula, recebe. O trabalho, pura sublimação dos impulsos naturais, sempre será alocado pelo sexo, em harmonia com estas disposições. Os mais variados discursos sobre a família e o casal – literários, religiosos, médico e jurídicos – decretavam, a partir de meados do século passado, que era no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas. (MALUF E MOTT, 1998: 386)

Como descrito anteriormente, o dimorfismo sexual era apenas uma das instâncias levadas em consideração nas discussões de gênero no âmbito da instituição denominada família. A condicionante sexual determinava o papel social de homens e mulheres, acentuando os valores de uma cultura patriarcal, herdada de tradições sociohistóricas de grande presença.

Outro parecer discutido pelas autoras se refere às nuances da composição das famílias, o relacionamento conjugal, e o sentimento amoroso estabelecido como rigor para a união de um casal. Mediante a citação:

Ao sentenciar que “o amor ao próximo, à família, à pátria, à humanidade são metamorfoses ou sublimações do amor inicialmente sexual”, isto é, a domesticação dos desejos pecaminosos, os “higienistas da alma”, a exemplo do psiquiatra progressista Antônio Austregésilo Lima, reafirmavam o juízo já de larga tradição cristã: “Fora do casal não existe tradição possível”. Paralelamente a tais incursões sentiram-se à vontade esquadrinhar, fiscalizar e confrontar padrões de comportamento. E em nome da salvaguarda da família, condenar os desvios de norma. (MALUF E MOTT, 1998: 386)

Observamos neste sentido a força das tradições oriundas de uma cultura dos oitocentos e reforçada durante a primeira república. Maluf e Mott descrevem que se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado “garantidor da saúde da humanidade”, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de “estabilidade social”, era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos. A idéia de uma nação

constituída por famílias saudáveis e moralmente corretas se afigurava como uma necessidade para o progresso.

Ao que constam, os celibatários ao edifício social e à pureza, do casamento, eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres. “É um erro funesto crer que a virgindade conserve o brilho da tez e os atrativos da juventude. A maior parte das mulheres que ficam virgens depois de terem atingido o desenvolvimento completo são assaltadas por uma multidão de indisposições mortais”, inimigas da beleza e da saúde. Na medida em que “tardam a cumprir os deveres de amante e de mãe”, sua pele tende a tornar-se “terrosa e baça”. Com mais frequência que os “indivíduos normais”, os castos “estão sujeitos a tornar-se escravos de paixões sexuais tirânicas. A natureza nunca perde os seus direitos e a sua desforra é as vezes penosa”.

A palavra “normal” se configura como um conceito. A normalidade descrita pelas autoras, enquanto discurso de época, é aquela que pressupõe que homens e mulheres biologicamente adultos, seriam condicionados ao matrimônio, como uma necessidade de seus corpos.

Outra problemática desenvolvida é aquela que se refere à condição das classes pobres da sociedade. Operários imigrantes, mulheres pobres, mulheres sós, negros e mulatos tiveram o comportamento mais fiscalizado e submetido a medidas prescritivas. Como salientam as autoras, as múltiplas e improvisadas formas de união amorosa nesses segmentos receberam especial atenção das camadas médias e altas, bem como dos intelectuais conservadores e clérigos. Julgamos esta parte da narrativa como fundamental para entendermos o comportamento das ditas “elites” em relação a doutrinação das categorias menos abastadas da sociedade. Os hábitos e comportamentos dos pobres disseminavam uma imagem ruim para aquela que pressupunha ser uma nação moderna.

Como continuam as autoras, as elites estavam decididas a institucionalizar o amor com vistas a sustentar uma determinada ordem social, transformaram em ameaças os relacionamentos ajustados por padrões mais flexíveis e simétricos, classificando de imorais as uniões cujo epílogo não coincidia com o casamento. Sobre a conduta considerada moralmente correta, destacamos na escrita das autoras:

Traçadas as linhas da “conduta decente”, os promotores da moral e da ordem classificaram como ilícita toda e qualquer relação entre homens e mulheres que se firmasse fora do contato matrimonial. Em nome de uma ligação de amor que fundisse existências, e não somente sexos, o amor na mancebia foi transformado em objeto de intervenção. Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram consensuais. Na obra anônima *O problema sexual*, escrita em 1913 (assinada apenas por “Leitura Reservada”, e prefaciada por Ruy Barbosa e pelo escritor Coelho Neto), o leitor encontrará certezas como a que afirma que “no concubinato dissipam-se sensações de que temos necessidade para o casamento, para as grandes ações da nossa existência, para reacendermos a chama da vida”, em razão do que todas as “forças das nossas faculdades amatorias” devem ser reservadas para “aquele amor”, pois é muito longa a vida “para ser suportável com um amor valetudinário”. (MALUF e MOTT: 1998, 387)

Com esta citação, refletimos a respeito do sistema de valores disseminados a respeito da atividade sexual. O matrimônio seria a solução para as necessidades amorosas de homens e mulheres. Todo e qualquer atividade sexual externa à prática doméstica dos casais matrimoniados era tida como imoral, perversa.

Ao destacar a fala do médico eugenista Renato Kehl, “Não há felicidade senão no casamento”, as autoras demonstram o parecer de homens da ciência cujo discurso conservador se mostrava favorável ao ideal de família que comporia a nação. É nesse “estatuto que a mulher se transforma em Esposa e o homem em Esposo, e que a Esposa e o Esposo se transformam em Mãe e Pai”. Semelhantes lições e argumentos foram propagados por todo o país com o intuito de “civilizar o amor”. Alguns propósitos profiláticos deveriam ser disseminados com a finalidade de instruir moças e rapazes a protestar contra a paixão infecunda, indicativa de desordem, em favor do sereno e saudável amor conjugal. Destacamos outra citação das autoras que define bem o ideal de família:

A ordem era combater com ânimo a invasão impetuosa dos desejos para se atingir a serenidade da existência, pois a saúde da alma dependia de uma atenção vigilante pelo amor intenso. Ao mesmo tempo que atacavam a exaltação da paixão romanesca, tais conselhos reforçavam a instituição matrimonial. Mais do que estabelecer uma relação conjugal, o casamento

visava, ainda, instituir uma união cuja finalidade era não apenas generativa, mas a produção de uma prole legítima. (MALUF e MOTT: 1998, 388)

Outra importante contribuição de Maluf e Mott é o destaque feito a obra *Matrimônio perfeito* de T.H. Van de Velde. Por se tratar de um trabalho de “ciência sexual”, era recomendado por seu prefaciador para “figurar na ‘corbeille’ de todas as noivas”, T.H. Van de Velde assinalou que a instituição matrimonial é para os crentes um sacramento, é para o estado e para a sociedade um consorcio indispensável, mas é para a prole que se constitui, de fato, em uma instituição de absoluta necessidade. Tal certeza levou Velde a indagar: se os filhos “são o laço de união espiritual mais poderoso no matrimônio normal”, o que mais poderá unir um casal que os cuidados com a progênie?

Recorrendo a uma argumentação que invocava os supostos rigores metodológicos e explicativos do saber científico o amor ideal tornou-se uma questão de ciência e foi transformado em objeto de técnica, de “argúcia, análise e ação paciente”, como sublinhou um autor na revista *Para Todos* no ano de 1918. O “amor de sofrimentos” passou de tal forma a fazer parte do repertório das patologias de amor, saúde e felicidade passaram a coincidir nos discursos sobre a família. Certamente foi essa convicção que conduziu o mesmo “epicurista” a escrever em seu artigo que “o trabalho do *homme à femme* de hoje é o mesmo do bacteriologista, isto é, descobrir e isolar o micróbio. O resto está escrito, é aplicar as regras.”

Como elucidado no trabalho de Maluf e Mott, os tabus da sociedade no início do século XX adquiriram importância científica e se constituíam como valores da cultura brasileira. Tais valores se configuraram como pauta das discussões da educação sexual empreendida pelo CBES. A forte resistência ao trabalho de José de Albuquerque e seus pares esteve intimamente ligado aos valores que Maluf e Mott discutem em seu texto. A educação sexual era tida como imoral e corruptora dos valores da família e de uma sociedade que vislumbrava a decência. A temática do sexo possuía uma conotação negativa mesmo sendo discutida sobre uma identidade científica e pedagógica.

O médico José de Albuquerque definia que os principais motivadores das enfermidades ligadas ao sexo estavam atrelados a uma má educação sexual e mesmo ao preconceito social. Nas leituras de textos originais de Freud, traduzidos para o francês, Albuquerque estabelece empatia principalmente com os conceitos do psicanalista que se referem a desejos reprimidos como causadores de neuroses. As experiências das

consultas inclinaram Albuquerque a experimentar que os principais recalques motivadores de neuroses em seus pacientes estavam ligados a imposições de ordem religiosa e nos erros de orientação educacional da criança no lar e na escola. Segundo destaca Albuquerque (1958, 172):

A falsa moral, inspirada em postulados que se achavam divorciados da biologia, era, pois, o elemento que entrava com maior contingente no desencadeamento dos distúrbios sexuais que mais de duas terças partes dos doentes carregavam, como um elemento aniquilador de sua personalidade, pela vida em fora.

Tal citação nos auxilia a pensar como os valores disseminados tanto por um discurso social quanto por outro médico-científico foram alguns dos entraves que se converteram em objetivos a serem alcançados pelo trabalho do CBES: Reeducar sexualmente a população de modo a higienizar e combater as enfermidades motivadas pelo preconceito e desconhecimento da biologia do sexo.

Outras discussões se afiguram como necessárias ao entendimento da atmosfera social em que se encontrou a formação do CBES. Os discursos da psicanálise, psiquiatria, do movimento feminista, das correntes médicas eugênicas, entre outras, são alguns dos pontos que pretendemos analisar ao longo da elaboração de nossa dissertação.

2 - Justificativa:

O interesse pelos estudos a cerca da atuação do Circulo Brasileiro de Educação Sexual se origina da falta de estudos que versem sobre o tema da educação sexual no Brasil da Era Vargas e da considerável marginalização do tema sexologia enquanto uma ciência voltada à higiene física e mental. A atenção dada à temática do sexo na historiografia esteve em grande medida voltada as práticas de eugenia ou mesmo do movimento feminista que ganham destaque mediante as questões da construção nacional e da relação maternidade e infância.

Segundo aponta Carrara (2002), entre o final do século XIX ao fim dos anos 1920 houve uma crescente divulgação de um discurso sobre o sexo no Brasil, mas é durante a década de 1930 que surgem de forma marginalizada os primeiros profissionais e grupos voltados a institucionalização do estudo da sexologia. Uma visibilidade desta

marginalização dos sexólogos e daqueles voltados à educação sexual se faz presente no mercado editorial brasileiro, onde dificilmente eles partilhavam as mesmas editoras que publicavam os livros dos médicos brasileiros com maior prestígio ou traduziam sexólogos estrangeiros.

Além das dificuldades impostas pela religião ao advento da sexologia, outras tensões de orientação política mais abrangente foram exemplos de barreiras impostas à apresentação da sexologia enquanto um discurso científico.

Outro aspecto que concordamos com Carrara é aquele que se refere ao pouco interesse de sociólogos e historiadores contemporâneos ao impacto de literaturas de cunho sexológico sobre o período, levando-se em consideração os valores e crenças das camadas médias letradas brasileiras. O número de coleções, edições e autores que tratavam direta ou indiretamente do tema sexualidade é um indicativo de como o assunto possuía relevância nos círculos literários, e o consumo de tais publicações são referências de um desejo de modernização, de distanciamento de comportamentos e valores então vistos como antiquados ou atrasados.

Além da esfera puramente científica, outro aspecto pouco explorado pela historiografia é a inserção política de José de Albuquerque que propôs em seu programa de candidatura política leis relacionadas à “questão sexual”. Como apontam Paulo Rennes Marçal Ribeiro e Giselle Volpato dos Reis (2003):

Seu livro *Programa de acção legislativa* (Albuquerque, 1937) corresponde ao seu programa político quando foi candidato a deputado federal, em 1937. Referindo-se à uma “política sexológica”, Albuquerque propõe a criação de leis voltadas para “questões sexuais”: organização de um plano nacional de educação sexual e antivenérea; o exame pré-nupcial; o amparo à maternidade (incluindo aí a assistência às mães solteiras); o controle de natalidade; o divórcio; o tráfico de mulheres, (...) e institui o “delito de contágio venéreo”, uma proposta de lei de responsabilidade para indivíduos que viessem a contaminar seus parceiros sexuais.

Com o elaborado pelos autores, Albuquerque fez parte de um grupo de homens de ciência e cidadãos que estiveram preocupados com os desafios de um empreendimento de educação sexual que ainda hoje são motivo de alarde, mesmo com toda a visibilidade concedida ao assunto nos meios de informação.

Sendo assim nosso trabalho pretende contribuir para as discussões da cultura e ciência da Era Vargas, lançando luz às questões da educação sexual.

3 - Objetivos:

- Analisar as propostas e a atuação do Circulo Brasileiro de Educação Sexual enquanto movimento higienista e reformador.
- Identificar quais foram às estratégias empreendidas pela entidade para o projeto de reeducação sexual da sociedade brasileira.

4 - Quadro teórico:

Nossa análise em torno de um instrumental teórico, assim como do nosso objeto ainda se encontram em fase inicial. A pouca bibliografia relacionada à temática da educação sexual se constitui com uma das dificuldades do projeto em estabelecer um aparato teórico que possibilite um manejo adequado de nosso tema.

5 - Hipóteses:

- Nossa hipótese central é que o Círculo Brasileiro de Educação Sexual se constituiu enquanto uma entidade filantrópica com o objetivo de propor reformas à cultura e à educação sexual do Brasil, a partir de um projeto higienista e pedagógico próprio, durante a Era Vargas.
- A questão da educação sexual para José de Albuquerque se configurava como um problema de características biológicas e morais, sendo potencialmente um entrave ao advento da modernidade necessária ao progresso do país.

6 - Metodologia e fontes:

As fontes a serem utilizadas nesta pesquisa estão em fase de coleta e análise. Entretanto, estas já foram identificadas e compreendem jornais, periódicos médicos e publicações acadêmicas.

As publicações de José de Albuquerque assim como o *Boletim de Educação Sexual* publicação do CBES dentre os anos de 1933 a 1939 são os nossos focos de análise por estes conterem as principais idéias e estratégias de atuação do Circulo Brasileiro de Educação Sexual. Dentre estas constam: *Introdução ao estudo da pathologia sexual* (1928), *Hygiene sexual* (1929), *Moral sexual* (1930), *Educação sexual* (1934), *Para nossos filhos varões quando atingirem a puberdade* (1935a), *A Educação sexual pelo rádio* (1935b), *O sexo em face do indivíduo, da família e da sociedade* (1936), *Programa de acção legislativa* (1937), *Pinacotheca de educação sexual do Círculo Brasileiro de Educação Sexual* (1938), *Catecismo da educação sexual* (1940), *O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens* (1941), *Quatro letras, cinco lustros* (1958).

Além das publicações citadas, analisaremos os periódicos do período que constituíram o circulo jornalístico do Circulo Brasileiro de Educação sexual, dando enfoque aqueles de maior circulação na cidade do Rio de Janeiro, uma vez que tais publicações foram feitas em todo o território nacional.

Como método de análise adotaremos uma hermenêutica que nos permita cruzar as informações das publicações de Albuquerque junto ao CBES e aquelas efetuadas nos jornais de modo a compreender como se deu a aplicação das estratégias traçadas.

7 - Referencias Bibliográficas:

CARRARA, Sérgio Luis; RUSSO, Jane. Araujo: A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002.

FERREIRA, Luiz Otávio; FREIRE, Maria Martha de Luna . Higienismo, Feminismo e Maternalismo: ideologias e práticas de proteção a infância no Brasil, 1899-1940. Estudos do Século XX, Coimbra, n. 5, p. 301-315, 2005.

HOCKMAN, Gilberto e FONSECA, Cristiane: A I Conferência Nacional de Saúde: reformas, políticas e saúde em debate no Estado Novo. In: GOMES, Ângela de Castro (org). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. : A Saúde Pública em Tempos de Capanema: Continuidades e inovações. In: BOMENY, Helena (org). Constelação Capanema. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

HORTA, José Silveira Baia: A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de Castro (org). Capanema: o ministro e seu ministério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia: Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). História da Vida Privada no Brasil. vl.3, São Paulo: Editora Schwaecz LTDA, 1998.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal e REIS, Giselle Volpato dos: José de Albuquerque e a educação sexual nas primeiras décadas do século XX: um estudo bibliográfico. In: 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas MG. Anais da 26ª Reunião Anual da ANPED. Rio de Janeiro RJ : ANPED, 2003.